

PROCESSO - A.I. Nº 232939.0628/03-2
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - MLM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JFJ nº 0356/01-03
ORIGEM - IFMT - DAT/SUL
INTERNET - 07/11/2003

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0590-11/03

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. MERCADORIAS EM TRÂNSITO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. É devida à exigência de imposto na primeira repartição fazendária do percurso, sobre as mercadorias procedentes de outras unidades da Federação, por contribuintes com inscrição cancelada, procedendo ao recolhimento do imposto antecipadamente. Modificada a Decisão recorrida. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto na forma prevista no § 2º do art. 169 do RPAF/99, com as alterações posteriores, onde o Presidente do CONSEF, sob o fundamento de que o julgamento de 1ª Instância foi contrário à prova dos autos e ainda em colisão com a jurisprudência administrativa, face a inúmeras decisões prolatadas neste Conselho, submete à apreciação desta Câmara, a Decisão proferida no Acórdão nº 0356/01-03.

A autuação decorreu do fato de ter o contribuinte adquirido mercadorias em outro Estado, estando com a inscrição cancelada, onde foi exigido o imposto no valor de R\$520,38, com a indicação da multa de 100%.

Foi relatado na Decisão recorrida que o autuado apresentou defesa dizendo que, ao tomar conhecimento do problema com a sua inscrição cadastral, prontamente procedeu à sua regularização, reativando-a em 14/5/03, portanto, bem antes da apreensão das mercadorias. Pede que o Auto de Infração seja declarado improcedente ou nulo. E ainda que a auditora designada para prestar a informação, após uma série de considerações, conclui opinando pela manutenção do procedimento fiscal.

No julgamento da Decisão recorrida, o Ilustre relator considerou que a descrição da infração seria exata se o contribuinte tivesse deixado de pagar o tributo por antecipação no primeiro posto da fronteira ou do percurso, e se o fato fosse apurado em outro posto fiscal mais adiante. E que no caso em exame a autuação ocorreu no primeiro posto de fronteira. E asseverou que estava incorreta a descrição dos fatos. Observou quanto a multa indicada em razão da antecipação, que a legislação determina a multa 60% . Concluiu pela Improcedência do Auto de Infração diante do documento de fl. 29 indicar que em 14.05.03 o contribuinte estava em situação “ativo” no cadastro estadual, e a apreensão ter ocorrido em 17.06.03.

O relator da 1ª Junta de Julgamento Fiscal prolatou o seguinte voto.

“No presente Auto de Infração, está sendo exigido o ICMS por antecipação porque o destinatário das mercadorias se encontraria com a inscrição cancelada.

Na descrição da infração, no corpo do Auto, consta que teria havido falta de recolhimento de ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso. Essa descrição seria exata se o contribuinte tivesse deixado de pagar o tributo por antecipação no primeiro posto fiscal da fronteira ou do percurso, sendo o fato apurado em outro posto fiscal mais adiante. Porém está patente nestes autos que a ação fiscal se deu precisamente no primeiro posto fiscal da BR-116, no sul deste Estado. A descrição do fato, por conseguinte, está incorreta.

Outro aspecto que tenho o dever de suscitar diz respeito à multa, já que o autuante indicou a pena de 100% do valor do imposto. De acordo com disposição expressa do art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, nos casos de antecipação tributária, “nas hipóteses regulamentares” – e esta é uma delas, pois do contrário não estaria sendo exigido o imposto a esse título – a multa é de 60%.

Quanto ao mérito propriamente dito da autuação, observo que o Termo de Apreensão foi lavrado no dia 17/6/03 e o Auto de Infração em 20/6/03, sendo que, antes, em 14/5/03, o contribuinte já se encontrava “ativo” no cadastro estadual, conforme instrumento à fl. 29.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.

VOTO

Examinando os elementos constantes dos autos, verifico que o contribuinte, na data em que ocorreu a apreensão das mercadorias (17/06/03), se encontrava com a inscrição cancelada, não obstante ter solicitado a reinclusão de sua inscrição cadastral em 14/05/03, como entendeu o relator da Decisão recorrida, uma vez que, embora o contribuinte ora autuado, conforme documento de fl. 15 dos autos, tenha alegado na sua peça de defesa, que ao receber a comunicação de que estava intimada para cancelamento da inscrição, providenciou a reativação do cadastro, o que se constata à fl. 11 dos autos é que o contribuinte teve a inscrição cancelada em 23/04/03, conforme Edital nº 08/2003, após ter sido intimado em 27/03/2003, e até a data da apreensão 17/06/03, ainda não havia sido feita a sua reinclusão no cadastro de contribuintes deste Estado.

Assim, estava o contribuinte com a sua inscrição cadastral em situação irregular, pois somente após o deferimento pela autoridade competente, autorizando a regularização de sua inscrição, é que poderia adquirir mercadorias para comercialização.

Não assiste razão à empresa, ora recorrida, quando alega. que “já tinha iniciado os procedimentos fiscais para solucionar a exigência fiscal antes da lavratura do referido auto”, uma vez que, teria de aguardar a manifestação favorável da repartição fazendária, e somente após a reativação poderia realizar operações mercantis.

Verifico que acertadamente, o autuante procedeu aos cálculos do imposto, conforme determina o art. 61, II, “b”, item 1 do RICMS/97, ao apurar a base de cálculo, tomando por base o valor das notas fiscais, agregando a MVA prevista no Anexo 89, e deduzindo o valor do crédito fiscal referente ao ICMS destacado nas notas fiscais. Considero que a autuação fiscal foi correta.

Entretanto, erroneamente, indicou a multa de 100%, citando o art. 42, inciso IV, “j” da Lei nº 7014/96, quando a multa a ser aplicada é de 60%, conforme prevê o art. 42, inciso II, “d” da

citada lei, por se tratar de apuração de imposto por antecipação tributária. Deste modo, deve ser adequada a multa para 60%.

Por fim, concluo que a Decisão de 1ª Instância laborou em equívoco, e deve ser modificada, pois o entendimento reiterado deste Conselho é que, em se tratando de contribuinte com inscrição cancelada, baixada ou em situação irregular, deve ser exigido o imposto por antecipação, dando o mesmo tratamento de contribuinte não inscrito.

De outro modo, a solicitação do contribuinte do pedido de reinclusão não legaliza a sua situação cadastral, pois requer a manifestação da autoridade fazendária.

Por todo o exposto, voto pelo PROVIMENTO do Recurso de Ofício para reformar a Decisão recorrida e julgar PROCEDENTE o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso de Ofício apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 232939.0628/03-2, lavrado contra **MLM COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$520,38**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de outubro de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS – RELATORA

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS